

# CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

## SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

EMBARGOS À EXECUÇÃO — ART. 741/CPC - CONTRATO DE ADESÃO - EMPRÉSTIMO BANCÁRIO - NOTA PROMISSÓRIA - PENHOR - IMPENHORABILIDADE - ROLAGEM DE DÍVIDA - JUROS ILEGAIS - LEI 8.078/90

### EMENTA

Excelentíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito da ..... Vara Cível desta Capital. Por Dependência aos Autos n.º ..... já qualificada, neste ato representada por seus sócios ..... e ....., por suas procuradoras judiciais que a esta subscrevem, respeitosamente, vem, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 741 e seguintes do CPC e Código de Defesa do Consumidor apresentar EMBARGOS À EXECUÇÃO pelos motivos a seguir aduzidos: As partes realizaram contrato de empréstimo, consubstanciado na nota promissória n.º ....., no valor de R\$ ....., garantido por penhor mercantil, com vencimento previsto para .... dias. Desde então, vinha o Executado entrando em entendimento com o Exequente através do gerente, Sr. ...., que, incontestemente, sempre renovava o empréstimo mediante pagamento de parcela através de débito em conta corrente. No entanto, com a saída do gerente da agência e a sua substituição pelo Sr. ...., este exigiu a quitação imediata do débito que, insatisfeito, ensejou a propositura de Ação de Execução de Título Extrajudicial. Por ocasião da feitura do contrato, em face da exigência de garantia por parte do Banco e da necessidade do Executado, foi oferecida uma máquina ..... em penhor mercantil. Trata-se, no entanto, de equipamento imprescindível à atividade da empresa, que não possui outra que o substitua. Outrossim, busca o Executado através deste incidente, que seja suspensa a constrição judicial sobre o bem e declarada sua impenhorabilidade. Neste sentido, temos a seguinte orientação: "Beneficia-se da impenhorabilidade os bens indispensáveis ou úteis ao exercício da atividade profissional a firma pequena, em que seu titular vive do trabalho pessoal e próprio, ainda que tenha um outro empregado para ajudá-lo" (RT 658/167). Não se pode ignorar que as cláusulas dos contratos firmados junto a estabelecimentos bancários são impostas ao cliente de forma a não lhe permitir discuti-las. Assim ocorre também com a amortização, a título da qual são cobrados juros exorbitantes, de forma oportunista, em se tratando de rolagem de dívida. No caso em tela, como se demonstra pelos documentos ... e ... acostados, houve rolagem da dívida mediante o pagamento de R\$ ....., por renovação de contrato, totalizando o montante de R\$ ....., a ser deduzido no valor da dívida. O Código de Defesa do Consumidor equipara a pessoa jurídica à situação de consumidor, analogicamente, quando constatado o desequilíbrio contratual e a vulnerabilidade da pessoa que contrata com o fornecedor, notadamente tratando-se de contratos bancários, onde há presunção de vulnerabilidade (Art. 4, I do C.D.C). "A maioria dos contratos bancários é concluída através da utilização das condições gerais dos contratos de adesão. Esses métodos de contratação em massa servem como indicio da vulnerabilidade do contratante. Como a aplicação analógica tende a tornar-se regra, como acontece na Alemanha, a melhor solução será os Bancos adaptarem todos os seus contratos formulários, contratos de adesão e condições gerais de serviços, aos patamares de equilíbrio e boa-fé, instituídos pelo C.D.C." (CLAUDIA LIMA MARQUES - Contratos no Código de Defesa do Consumidor-R'I-1992). O Art. 54 do C.D.C classifica contrato de adesão como sendo aquele eivado de cláusulas estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente o seu conteúdo. Verifica-se que o Banco praticou usura contra o executado, cobrando-lhe, a título de rolagem, juros superiores ao dobro dos legais. Isto exposto, requer que, recebidos os embargos, se proceda a intimação da embargada, para a eles responder, querendo, prosseguindo-se até sentença final, na qual requer a procedência dos embargos com a conseqüente condenação da embargada no

pagamento das custas e honorários advocatícios. Requer a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, inclusive testemunhal e pericial. Seja declarado impenhorável o bem constituído em garantia da dívida e determinada a sua substituição. Seja descontado sobre o total da dívida os valores pagos a título de rolagem. Valor dos embargos: R\$ ..... N. Termos, P. Deferimento. .... de .....de..... Advogada

**NOTA DA REDAÇÃO**

RT